

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

JONAS ALEXANDRE SCHUCK

**MEIO RURAL E MEIO URBANO, O QUE OS DIFERE NA VISÃO DE
AGRICULTORES QUE VIVENCIARAM ESSA EXPERIÊNCIA?**

**Três Passos - RS
2013**

JONAS ALEXANDRE SCHUCK

**MEIO RURAL E MEIO URBANO, O QUE OS DIFERE NA VISÃO DE
AGRICULTORES QUE VIVENCIARAM ESSA EXPERIÊNCIA?**

Monografia apresentada no Curso de
Graduação Tecnológica em
Desenvolvimento Rural - PLAGEDER,
da Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS.

Professor: Guilherme F. W. Radomsky.
Tutora: Josiane Caride Wedig.

**Três Passos - RS
2013**

RESUMO.

Esta pesquisa foi realizada com agricultores do município de Esperança do Sul – Rio Grande do Sul, que tem em sua trajetória de vida, um período de vivência no meio urbano, ou seja, que saíram do meio rural para o meio urbano, “dando” números ao êxodo rural no município e novamente retornaram para a atividade de origem. Com a intenção de buscar compreender os motivos que os levaram, tanto a ir para o meio urbano, como novamente retornar, elaboramos um roteiro de entrevistas para identificar estas razões. Analisamos o material da pesquisa de campo a partir de estudos de pesquisadores que tem tratado do tema. Com a elaboração deste trabalho, foi possível detectar, tanto as razões das idas e voltas rural/urbano e vice versa, que vão desde motivos familiares, incentivo de amigos, formação escolar e objetivos próprios, como também a preocupação dos agricultores entrevistados diante do panorama futuro que se descreve em relação à agricultura familiar, ou seja, a falta de sucessão em grande parte das propriedades rurais familiares hoje existentes no município em que a pesquisa foi realizada. Outro fator percebido nas entrevistas realizadas foi à importância do suporte técnico nas propriedades, pois a propriedade que tem acompanhamento técnico contínuo, fazendo parte de um programa da Emater/Ascar, valoriza muito o trabalho realizado na propriedade, inclusive partilhando o mérito da atual situação da propriedade com este programa. Mas as opções de pesquisa e aprofundamento de questões relacionadas a esse assunto, não terminam aqui, pelo contrário são muitas as oportunidades de questionamento sobre o êxodo rural e a agricultura familiar em futuros trabalhos.

PALAVRAS CHAVE: Esperança do Sul, êxodo rural, meio rural, meio urbano, agricultura familiar, sucessão familiar.

ABSTRACT

This research was carried out in Esperança do Sul municipality - Rio Grande do Sul State, with farmers who have experienced one period of their lives in urban areas. In other words, this research deals with people who abandoned their farmland for the urban area, increasing the number of rural exodus but returned after all to their origins. With the aim to understand their reasons that forced them to migrate as well as to return, an interview script was elaborated in order to identify those motives. We have analyzed the research material with the support of some studies from researchers who have dealt with this same topic. Through the elaboration of this study, it was possible to detect some reasons that encouraged them to leave the rural area and those that made them to return. Some of them are family reasons, friend incentives, education level, particular reasons, as well as their worries about the future in the family farming that was facing problems regarding farm succession. Another factor that was perceived during the interviews was the importance of the technical support in properties, because those that have continuous support, as part of the Emater/Ascar Program, valorize this work, even sharing the merit of the nowadays situation with the program. Nevertheless, the options of research and deep examinations of questions related to this topic do not end here, in contrast, there are several opportunities of inquiring about the rural exodus and family farm in future studies.

Key words: Esperança do Sul, rural exodus, rural area, urban area, family farming, family succession.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
1. ÊXODO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL.....	9
2. – ESPERANÇA DO SUL – RS: SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E SOCIOECONÔMICAS.....	14
2.1. – EXTENSÃO E CLIMA.....	14
2.2 – O TERRITÓRIO	14
2.3 – OS SOLOS.....	14
2.4 – ETNICIDADE E ECONOMIA.....	15
2.5 – O ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO	15
3. AS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE ESPERANÇA DO SUL: PERCEPÇÕES SOBRE O RURAL E O URBANO.....	17
3.1. AS PROPRIEDADES.....	18
3.1.1. A PROPRIEDADE DE NÚMERO “UM”	18
3.1.2. A PROPRIEDADE DE NÚMERO “DOIS”	20
3.1.3. A PROPRIEDADE DE NÚMERO “TRÊS”	24
3.1.4. A PROPRIEDADE DE NÚMERO “QUATRO”	27
4. DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA AGRICULTORES QUE RETORNAM AO MEIO RURAL	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6. REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

O tema pesquisado versa sobre o êxodo rural que foi muito intenso nas últimas décadas no município de Esperança do Sul – RS. Neste sentido, buscamos compreender o processo de migração vivenciado por algumas famílias que foram do meio rural ao meio urbano e novamente retornaram como também as perspectivas futuras destas. O problema de pesquisa que nos colocamos foi:

Quais fatores geraram este fenômeno do êxodo rural tão crescente nos últimos anos, e o que faz com que alguns retornem a atividade de origem? O que representam estas mudanças ocorridas, o que está sendo feito, e o que pode se fazer sobre estes temas no município?

O êxodo rural é fato consumado em Esperança do Sul e esse assunto não é recente. Porém, algumas das famílias que foram para o meio urbano, após algum período retornaram para o meio rural, sem dúvida, com mais experiência e conhecimento. No presente trabalho entrevistamos algumas famílias que viveram essa experiência e hoje estão instaladas no município, a fim de descobrirmos os motivos que os levaram a ir para o meio urbano e novamente retornar ao meio rural, fazendo com estes um comparativo das duas situações.

A opção por este tema deve-se pela alta evasão populacional nos últimos anos no meio rural (êxodo rural) do município de Esperança do Sul. Justifica-se esta ideia de ações devido à descaracterização das comunidades rurais esperansulenses. São inúmeras as escolas que foram desativadas devido à falta de alunos, e os que ainda restam nas comunidades, são transportados para escolas polo, situadas em comunidade mais populosas, ou mesmo na sede do município, fazendo com que muitas comunidades tradicionais do meio rural praticamente deixem de existir devido a pouca população existente em suas sedes, modificando o panorama das mesmas deixando uma aparência de abandono nestes locais.

Mesmo assim com este fenômeno ocorrido nos últimos tempos, algumas famílias fazem o caminho de volta para a vida no campo, ou seja, residiam nos centros urbanos e retornaram para o meio rural a fim de seguir a vida como agricultores. Deduz-se que estes ao optarem pelo retorno têm motivos específicos para agir de tal forma, e valorizar a vida de agricultor. Estes exemplos são importantes a serem compartilhados, pois podem servir de exemplo para outras famílias que sentem a mesma dúvida de escolha profissional, seja ela urbana ou rural.

Estes exemplos podem também ser importantes nas decisões futuras de pessoas que hoje frequentam as salas de aula e presenciaram esta imagem de abandono do meio rural e que se tiverem respostas aos questionamentos a que fizemos neste trabalho, e tiverem expostas as ideias dos entrevistados, possam sentir-se auxiliados nestas escolhas, por isso da importância de destacarmos os fatores determinantes para este fenômeno e os depoimentos dos entrevistados.

O objetivo desta pesquisa é identificar os motivos das saídas de agricultores do campo, ocorrida num percurso temporal com cerca de 20 anos, como também os motivos relacionados ao retorno à atividade, fazendo junto a eles um prognóstico futuro relacionado à sucessão nestas propriedades. Para tal, primeiro identificamos e entrevistamos agricultores que saíram do meio rural há cerca de 20 anos, e hoje estão de volta à atividade agrícola, identificando e analisando os motivos que levaram estes agricultores a saírem do campo, e da mesma maneira os motivos que fizeram estes retornar à agricultura. Realizamos junto a estes, uma análise futura da sucessão familiar nestas propriedades, ou seja, verificamos se os filhos têm tendência em permanecer ou não na atividade agrícola e quais as suas motivações. Buscamos identificar também as ideias relacionadas ao futuro da agricultura para os entrevistados, analisando os fatos colhidos à luz de pesquisadores que têm se dedicado ao tema.

Para a elaboração da monografia realizamos uma pesquisa de campo, entrevistando pessoas na comunidade que já tiveram um histórico de mudança de profissional, ou seja, que hoje residem no meio rural, mas que tiveram alguma experiência de trabalho urbano. Pessoas que por uma ou outra razão retornaram para o meio rural. Os dados recolhidos junto a estas pessoas constituíram nas bases necessárias para realização da análise comparativa desta pesquisa, comparando as colocações dos entrevistados com pesquisas e trabalhos já realizados sobre este tema.

Com esta pesquisa de campo, identificamos os fatores da realidade de vida destes agricultores, o que nos remete a uma pesquisa qualitativa, onde descrevemos os fatores relevantes da ida e vinda destes agricultores (meio rural/urbano e meio urbano/rural) buscando compreender estes fatores e explicá-los. Esta pesquisa analisou fatos e experiências das pessoas entrevistadas, cruzando estas informações conhecidas nas entrevistas com as ideias de pensadores, ou seja, com levantamento bibliográfico,

facilitando a compreensão do fenômeno estudado: os motivos tanto da saída quanto da volta para o meio rural.

A coleta de dados e informações ocorreu junto a agricultores de Esperança do Sul – RS, que vivenciaram esta experiência. Para tanto, além de identificar os proprietários, fizemos um levantamento inicial do local de residência dos entrevistados, realizamos indagações aos agricultores sobre os motivos que os levaram a abandonar a atividade agrícola como também o que os fez retornar para a mesma. Também o tempo que estiveram afastados e novamente retornaram a atividade, os pontos positivos e negativos da mesma e onde encontram as maiores dificuldades. Interrogamos sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas em relação às “trocas” de atividades, fazendo com os mesmos um comparativo quanto à vida urbana e rural. Também questionamos sobre suas percepções acerca de alguma alteração no modo de vida em geral, seja no modo profissional, sociocultural ou na educação, em relação há décadas anteriores e hoje em dia no meio rural. E por último, o que diriam sobre o futuro da agricultura como um todo, relacionado à sua própria propriedade e de propriedades vizinhas aos entrevistados.

Esta monografia é composta por cinco capítulos. No primeiro capítulo trouxemos um pouco da teoria sobre os assuntos abordados na elaboração da mesma, como o êxodo rural, a trajetória da agricultura familiar e algumas ideias e noções de desenvolvimento rural. O segundo capítulo traz as características do município de Esperança do Sul Rio Grande do Sul, onde a pesquisa se realizou, descrevendo um pouco das características suas características físicas e socioeconômicas do mesmo. No terceiro capítulo trouxemos a tona os dados colhidos nas entrevistas diretamente nas propriedades rurais com os agricultores envolvidos no trabalho diário das propriedades, destacando as respostas obtidas perante aplicação do questionário elaborado para tal. Já no quarto capítulo destacamos uma análise geral destas entrevistas, comparando o resultado das mesmas, com ideias de pesquisadores que possuem trabalhos já realizados sobre este tema. O quinto e último capítulo da presente monografia traz as considerações finais referentes ao tema pesquisado e trabalhado na mesma, um resumo das principais ideias que se teve com a realização desta pesquisa.

1. ÊXODO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

O êxodo rural é um ponto destaque no texto de Anjos e Caldas (2004, p.662), sendo que segundo os mesmos, este alterou radicalmente os marcos de referência da agricultura. Os autores citam este fenômeno com origem entre os anos de 1960 e 1980, principalmente, coincidindo com o processo de modernização que alteraram as bases técnicas da agricultura brasileira também neste período. Neste período foram para as cidades cerca de 30 milhões de agricultores que não “acompanharam” o processo de modernização e sofreram um processo de exclusão social, migrando para os centros urbanos.

Todo esse processo de modernização supracitado mudou as características do meio rural, que perdeu suas características originais, ou seja, por exemplo, a produção de alimentos para subsistência, o trabalho realizado no âmbito familiar e em sua grande maioria a braçal, sem o auxílio de equipamentos e máquinas agrícolas, dentre outros. Assim na visão dos autores “reduzindo drasticamente o caráter agrário e rural de nossa sociedade” (Anjos e Caldas, 2004, p. 663). Isso junto com a internacionalização da produção agrária, a ampliação do comércio mundial e a liberação dos mercados, abrindo fronteiras frente à produção da agricultura, tornando essa produção uma mercadoria, e não mais um produto para a subsistência das famílias envolvidas em sua produção, perdendo assim as características campesinas de outrora.

Além da obra supracitada, também podemos citar Camarano e Abramovay (1999), sendo que estes além deste processo de migração, que se continuar no ritmo e intensidade vistos, deixará a população rural com um percentual de 30% do total brasileiro, falam sobre o processo de envelhecimento e masculinização do meio rural. O envelhecimento e masculinização tiveram, segundo os autores, um ritmo mais acelerado nas regiões sul e sudeste nos anos 1990, onde são cada vez mais jovens que vem deixando o meio rural e entre estes é preponderante a participação das mulheres ou moças.

Com isto, retrata-se uma realidade presenciada no meio rural onde, muitas vezes, este processo gera nas localidades rurais uma imagem de abandono, pois as pessoas mais velhas que ali residem chegam a um ponto onde não conseguem mais

tomar conta de todas as atividades necessárias no dia a dia, devido à idade avançada e acabam por abandonar práticas outrora normais, em virtude de não terem ajuda nas mesmas. Com este “abandono” muitas vezes se vê aumentar as áreas de cultivo mecanizadas, e onde esta não é possível, áreas em descanso, recuperando aos poucos sua vegetação natural. São estas duas situações que sobressaem em relação à agricultura familiar ou de subsistência como também é chamada.

Moacir Palmeira, professor de antropologia do Museu Nacional (RJ), destaca os efeitos causados pelo surgimento dos complexos agroindustriais, ou ainda, a industrialização da agricultura, no Brasil, além de efeitos sociais e movimentos que surgiram paralelamente com a modernização. O autor destaca a interferência que a modernização teve no meio rural, mais precisamente no cotidiano das propriedades camponesas, como também as ações do Estado neste processo, à interferência das entidades de classe e da Igreja, e traz uma análise sobre o ocorrido com o meio rural brasileiro com o quesito da modernização do campo.

Schneider (2004), no texto “Abordagem territorial do desenvolvimento rural, e suas articulações externas”, faz uma análise sobre o desenvolvimento rural no Brasil e suas articulações externas, destacando também uma mudança de enfoque em relação ao meio rural, com uma nova visão de desenvolvimento com ideias trazidas de outros países para o Brasil por estudiosos e pensadores. O trabalho reflete sobre o processo de mudança social e econômica ocorrido no meio rural, dando ênfase às experiências adquiridas em estudos anteriores. Busca apontar possíveis relações entre os processos ocorridos a nível local com as mudanças recorrentes do capitalismo contemporâneo, além da visão de alguns autores sobre o novo enfoque de desenvolvimento rural. Este também vem ao encontro das ideias de foco em nossa monografia referente ao meio rural do município de Esperança do Sul, tendo importantes ideias sobre os fatos que dizem respeito ao desenvolvimento do mesmo.

Cristiano Desconsi (2005), realizou uma análise do caminho de volta percorrido por famílias rurais que outrora abandonaram o campo, e retornaram para Esperança do Sul – RS, sua área de delimitação da referida monografia. Este é um trabalho de pesquisa de campo, que destaca discussões em torno de aspectos socioeconômicos e situações de acesso a necessidades básicas no município pesquisado e também as experiências tidas neste processo de ida e volta (rural/urbano e vice versa).

Porém são pesquisas que foram realizadas em épocas diferentes, sendo que com o presente trabalho procuramos outras pessoas e que retornaram em períodos diferentes, identificando com o mesmo se as causas destes “retornos” são idênticas às encontradas no trabalho supracitado, como possível comparação dos resultados. O trabalho de Desconsi trouxe em sua conclusão dois fatores tidos como fundamentais para o retorno: a facilidade de acesso a políticas públicas no meio rural, coisas que anteriormente - quando da “ida” destes ao meio urbano não existiam - e fatores de repulsão das cidades, como perigo ou exposição violência, a falta de “liberdade” a qual o campo proporciona.

A luz destas conclusões é possível fazer uma análise da conjuntura atual do meio rural brasileiro, que dispõe sim muito mais recursos e disponibilidade de “acesso” a políticas públicas para incrementar, aumentar as atividades nas propriedades, como por exemplo, o Pronaf Mais Alimentos, ou diversificá-las, onde podemos citar como exemplo PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, diferente de décadas anteriores. Nos últimos anos, segundo Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, são inúmeros os projetos de melhorias e ampliações presenciados nas mais variadas propriedades rurais do município de Esperança do Sul, como também nos meios de comunicação, onde são veiculadas informações sobre funcionamento e acesso aos mesmos, o que nos traz a possibilidade de comparar, mediante conversas com pessoas de mais idade, como exemplo nossos familiares, a atualidade com o passado.

Esses projetos de melhorias podem facilitar o processo de trabalho no dia a dia de uma propriedade, o que em comparação ao trabalho urbano onde se têm compromisso diário com o horário, ocasiona na opinião de alguns, levar em consideração essa “liberdade” exposta pelo trabalho de Desconsi, fazendo com que este seja um fator que traga pessoas de volta a atividade rural. Podem ocorrer também casos onde as pessoas venham em busca da “calmaria” do meio rural em detrimento ao agito do meio urbano, tendo este apenas como residência e procurando trabalho externo as propriedades rurais.

Um dos conceitos que destaco nos textos apresentados, e que tem relação direta com o tema desta monografia, é referido ao texto de Moacir Palmeira que nos remete ao processo de “modernização” vivido pelo meio rural brasileiro e não diferente no município de Esperança do Sul – RS. Os seus efeitos foram impactantes para o campesinato ou a agricultura familiar, que no município referido é considerado maioria,

mesmo tendo sofrido abalos no seu contingente populacional nas últimas décadas devido ao êxodo rural. Os impactos deram-se principalmente pelo surgimento de complexos agroindustriais, formados na abrangência do referido município como também o aglomerado de pequenas propriedades que foram deixando de existir devido ao êxodo rural.

O êxodo rural surgiu, segundo o texto de Palmeira (1989), devido às disparidades originadas com a “industrialização da agricultura”, alterando a estrutura das propriedades rurais, aumentando assim a produção de alimentos para o abastecimento das cidades, sendo este na visão de (Graziano da Silva, 1987, p. 25), citado no texto de Palmeira, “bastante razoável”, mas trazendo os efeitos destacados anteriormente.

Estes efeitos de certa forma acabaram com algumas comunidades rurais interioranas, como é o caso de Esperança do Sul – RS, onde uma localidade (Sede do Lara) que no início da gestão própria, ou seja, da emancipação do município, acontecida em 1995, continha no seu contingente de alunos, cerca de 300 estudantes distribuídos de “1^o à 8^o séries” (ensino fundamental), e hoje ao passar de 16 anos esta escola está desativada por falta de alunos. Este fato nos remete a tese de Nilson Weisheimer (2009), onde o mesmo ressalta que “[...] a expansão das relações mercantis e da subordinação do trabalho ao capital implicam o fim das sociedades camponesas e a emergência da agricultura familiar” (Weisheimer, 2009, p. 89).

O “camponês” denota do termo “campesinato”, que segundo Weisheimer (2009) “[...] abrangeria um conjunto de diferentes tipos de produtores minifundiários caracterizados pela produção de subsistência...” (Weisheimer, 2009, p. 91), que em anos anteriores era principal característica dos agricultores da região de Esperança do Sul – RS, onde primeiro se produzia para subsistência vendendo o excedente de sua produção, característica do “campesinato”.

Esta afirmação pode ser encontrada na obra do historiador Hugo Antonio Veit, onde o mesmo relata a dificuldade encontrada pelos desbravadores das áreas que hoje fazem parte do território do município de Esperança do Sul, como o caso das populações migratórias germânicas, italianas e suecas, que encontraram dificuldades ao adentrarem na mata densa que existia nesta região, quando da sua colonização. O

referido autor destaca a dificuldade no início da produção de alimentos como forma de sobrevivência:

“(…) vencer a mata bruta e começar a produzir a sobrevivência. As reminiscências dos antigos desbravadores são difíceis de serem entendidas pela atual geração. Sobreviver a custa de frutas silvestres, raízes, pesca e caça, já foi um feito muito grande. Começar a produzir alimentos onde tudo era sertão, foi um imenso ato de bravura.” (Veit, 2000, p.13).

Assim com o passar dos anos estas práticas foram dando espaço à chamada agricultura industrializada citada por Palmeira (1989) causando as disparidades e futuramente o êxodo rural.

2. – ESPERANÇA DO SUL – RS: SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E SOCIOECONÔMICAS

2.1. – EXTENSÃO E CLIMA

De acordo com (Veit, 2000), o município de Esperança do Sul – RS, têm 148,4 km², com predominância de pequenas propriedades, um clima subtropical, com exceção no vale do rio Uruguai, onde o clima é tropical, sem a formação de geadas e com densos nevoeiros, onde às vezes o mesmo ultrapassa o meio dia, principalmente nas épocas de inverno onde os mesmos são mais frequentes e intensos. A temperatura média é de 23 graus na cidade e 25 graus no vale do rio, a máxima alcança os 38 graus no planalto e 40 graus no vale. A mínima chega a 0 graus nas regiões altas e 4 graus no vale, onde raríssimas vezes a temperatura cai a ponto de formação de geadas, também motivado por fortes nevoeiros destas regiões que impedem a formação desta.

2.2 – O TERRITÓRIO

Ainda conforme (Veit, 2000), o território do município é dividido em regiões planas com áreas mais montanhosas com terras dobradas, algumas áreas com vegetação natural, mas grande parte já desmatada, com áreas destinadas a pastagens do rebanho de gado leiteiro e de corte, como também áreas que há anos atrás eram destinadas à agricultura, e hoje devido ao esvaziamento populacional de muitas destas regiões, imensas áreas de encosta encontram-se em descanso, recuperando aos poucos a vegetação natural. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, outra prática que nos últimos anos vem recebendo destaque na região é a plantação de áreas com matas exóticas, que inclusive tem incentivo por parte do poder público municipal para agricultores com bloco de produtor rural no município e que vem a agregar na renda das propriedades. As áreas planas do município são quase que em sua totalidade, destinadas a produção de grãos e pastagens para o gado leiteiro e em poucos casos gado de corte.

2.3 – OS SOLOS

Os solos da região também são diferenciados, na visão de (Veit, 2000), ou seja, nas regiões ribeirinhas, por exemplo, são de enorme fertilidade, propício para o plantio de frutíferas, prática esta não muito comum no local. Os solos das encostas são escuros e pedregosos, já os das áreas planas são escuros avermelhados e próprios para lavouras mecanizadas, oferecendo assim supostamente boas condições de rentabilidade e trabalho em praticamente todas as regiões do município.

2. 4 – ETNICIDADE E ECONOMIA

Outro fator que oferece diversificação na região são os costumes e práticas culturais. (Veit, 2000) destaca a predominância étnica no município com a colonização alemã e italiana, com alguns casos de poloneses, suecos, dentre outros. Os costumes étnicos mais preservados no município são os dos descendentes de alemães e italianos, onde os mesmos cultivam suas raízes nas residências e nas atividades de esporte e lazer.

Empiricamente podemos dizer que referente ao fator econômico, existem propriedades em pleno desenvolvimento, as que podemos dizer que estacionaram neste quesito, estando em estagio de manutenção do patamar econômico, e outras que ainda buscam práticas e atividade que as possam levar ao caminho do desenvolvimento econômico, estando em um estrato econômico desfavorável em relação às demais.

A economia do município é em grande parte baseada na agricultura, caracterizando-se este como um município agrícola sem muitas opções de trabalho urbano. Essas características necessitam de toda uma infraestrutura por parte do poder público municipal, pois para o escoamento da produção agrícola (leite, grãos, carnes e alimentos), é necessário uma rigorosa manutenção das estradas de acesso as localidades interioranas do município. Vale frisar as dificuldades econômicas que municípios de pequeno porte muitas vezes atravessam, como também fatores climáticos, como o caso de fortes chuvas, ou a falta delas, que prejudicam em certas ocasiões o andamento dos trabalhos de manutenção das estradas de acesso do município.

Também de maneira empírica, podemos afirmar que a comercialização da produção agrícola do município acontece dentro e fora do mesmo, ou seja, na região existem empresas que compram a produção dos agricultores (leite, grãos e carnes), e ainda outras pessoas que representam empresas de fora, que levam a produção para outros municípios da região, variando de acordo com as vantagens que os agricultores têm com tais negociações, optando para as propostas mais vantajosas para os mesmos. Da mesma forma acontecem as negociações envolvendo os agricultores e consumidores do município como compradores, ou seja, existem opções dentro e fora das quatro linhas da extensão territorial de Esperança do Sul – RS.

2. 5 – O ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO

O município de Esperança do Sul – RS como muitas áreas rurais do Brasil, passou nas ultimas décadas por um processo de esvaziamento. Segundo o Censo

Demográfico de 2000 havia no município 3.755 habitantes, no ano de 2007 a contagem da população revelou 3.445 habitantes e no ano de 2010, segundo o Censo Demográfico do IBGE, esse número caiu ainda mais 3.250 pessoas residindo no mesmo, representando que muitas famílias inteiras ou apenas jovens saíram para os centros urbanos. Isto nos traz o questionamento referente às causas deste fator. Mas, com o passar dos anos, alguns destes, retornaram para o local de origem, retornaram para o meio rural, fazendo o caminho de volta para a atividade agrícola.

3. AS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE ESPERANÇA DO SUL: PERCEPÇÕES SOBRE O RURAL E O URBANO

As entrevistas foram realizadas com quatro famílias de Esperança do Sul – RS, cujos seus integrantes tinham em seu histórico de vida, uma passagem, seja ela longa ou curta, pelo meio urbano. Famílias que, por razões diversas, haviam procurado caminhos e condições de vida diferentes daqueles que levavam no meio rural. Para localizar e identificar estas famílias, foi utilizado o conhecimento de vivência que temos desta região de pesquisa, sendo que o autor deste trabalho é natural deste município, e que por estas razões conhece várias pessoas que vivenciaram os casos supracitados.

Procuramos quatro famílias que tinham essa semelhança em seu histórico de vida, sendo que três destas residem no distrito de Bom Jardim, que se localiza a 4 (quatro) quilômetros da sede do município. Uma das famílias tem sua propriedade localizada na própria sede do município de Esperança do Sul, com cerca de 3 (três) quilômetros de distância do centro da cidade.

Poderiam ser encontradas mais famílias deste tipo no município, sendo que em um levantamento superficial tem-se a noção de mais duas ou três famílias com essa semelhança citada, pois no município não são muitos os casos de “retorno” de pessoas que dão número ao êxodo rural, o que não possibilita muitas entrevistas para com pessoas que decidiram retornar para o meio rural, após uma passagem pelo meio urbano.

Na sequência faremos uma análise individual destas famílias, e das propriedades em que elas vivem, a fim de detalhar e explicitar a situação e história destas, apresentando suas trajetórias do meio rural ao urbano e vice versa. Para esta análise, esclareceremos que organizamos os dados das famílias de acordo com a ordem em que as entrevistas foram feitas, ou seja, a primeira entrevista na propriedade que identificaremos como “propriedade um”, a segunda entrevista na “propriedade dois”, a terceira na “propriedade três” e a quarta entrevista, a “propriedade quatro”.

3.1. AS PROPRIEDADES

3.1.1. A PROPRIEDADE DE NÚMERO “UM”

A propriedade de número “um”, tem como área de extensão 15,8 ha, é composta por três pessoas. Uma filha do casal nasceu no mês de maio de 2013. Todos trabalham integralmente na propriedade, ou seja, nenhum de seus membros realiza qualquer atividade externa a esta. A propriedade em questão foi adquirida e constituída pelo pai (já falecido) do atual morador, sendo que nesta propriedade nasceram e se desenvolveram os sete filhos do mesmo, e que aos poucos ao atingirem idade adulta foram em busca dos seus objetivos, ou seja, três deles adquiriram, ou arrendaram outras propriedades rurais e os demais buscaram melhores condições de vida no meio urbano.

O último a deixar a propriedade foi justamente o atual morador do local, que juntamente com a sua mãe resolveu no ano de 1998, com 27 anos de idade abandonar a atividade rural, transferindo-se para a cidade de Lajeado – RS, seguindo os passos de muitos jovens que na época seguiram este caminho. Nesta cidade inclusive, residiam dois irmãos e uma irmã do mesmo, e na cidade vizinha Estrela – RS havia residido um irmão já falecido em um acidente de trânsito. É importante registrar aqui que ainda hoje residem em Lajeado os mesmos dois irmãos, uma irmã, e sua mãe que permaneceu naquela cidade. Há também dois irmãos que atuam na atividade rural no município de Esperança do Sul.

Ao saírem da propriedade em questão e que hoje voltou a ser sua residência, a família arrendou a mesma a um vizinho que fixou residência no local, plantando as terras e preservando as “benfeitorias”, como casa e galpões, instalações estas utilizadas no dia a dia da propriedade. O atual proprietário nos relatou, no ato da entrevista, que os motivos de sua saída do meio rural, foram à situação de vida na época que estava bastante difícil, pois a monocultura intensa, baseada principalmente no cultivo do milho e da soja e era seguidamente prejudicada pelas estiagens, pela falta de um preço justo, o que acarretou uma mudança de planos para o futuro de sua vida.

Outro fator preponderante foi à influência de outros membros da família, irmãos que já residiam no meio urbano, e a mãe que via na cidade e na maior proximidade com os filhos - pois onde residia era razoavelmente longe dos filhos - um alento para sua viuvez. Estes fatores também foram determinantes para adotarem a ideia de tentar a vida na cidade.

Esta passagem do mesmo e de sua família pelo meio urbano, sendo que já foi em uma situação civil casada para a cidade, foi de certa forma duradoura, pois permaneceram no meio urbano por um período de nove anos e meio retornando em meados de 2007 para a propriedade de onde saíram, mas agora na situação de proprietário da mesma. Com as economias feitas neste período de vida urbana e com o parcelamento e entendimento dos demais irmãos em receber o seu valor de direito das terras, devido à herança deixada pelo falecimento do pai, o casal adquiriu a área de terras em questão e hoje se dedicam principalmente a produção leiteira e a produção de grãos para a alimentação do rebanho leiteiro.

Esta dedicação à produção leiteira foi um dos fatores que influenciou o casal ao retorno a atividade rural, pois no entendimento dos mesmos esta “valorização” não existia na época em que deixaram a propriedade no ano de 1998, e na sua visão este era um ponto que favorecia o retorno para a atividade agrícola, pois segundo o mesmo, “se eu era para voltar hoje para Lajeado não voltaria” (agricultor propriedade “um”). Outro fator determinante citado pelos mesmos foi à correria do dia - a - dia na cidade onde a esposa citou a dificuldade de adaptação aos compromissos com os horários no trabalho que tinham em um frigorífico da cidade de Lajeado. “Quantas vezes correndo com o nenê de madrugada na chuva pra poder ir trabalhar, e quando podia ficar com ele de noite ele logo dormia” (esposa do agricultor propriedade “um”).

Estes são fatores pertinentes e que fizeram a diferença na hora da escolha deste casal em decidir voltar para a atividade rural. Estes se aliam a pouca valorização percebida pelos mesmos para o trabalho braçal no local onde trabalhavam, que segundo eles “faziam de tudo”, quando às vezes alguém com fortes influências dentro da empresa em pouco tempo era mais bem sucedido no trabalho. Nas palavras do mesmo, “[...] dava nojo a gente era acostumado a não deixar serviço pra trás na roça, aí fazia tudo, aí vinha uns que tinham padrinho e logo tinham um cargo melhor que a gente”. (agricultor propriedade “um”).

No entanto, o casal diz que hoje não aconselharia o filho a permanecer no meio rural, na opinião dos mesmos ele precisa seguir os estudos e fazer uma faculdade para conseguir um trabalho melhor do qual eles dispunham. Isto se dá provavelmente aos fatos por eles relatados e supracitados, o que os deixou de opinião formada quanto ao futuro profissional, mantendo a convicção de que se o garoto estudar poderá ir para a

cidade atrás de um “emprego bom” como seguem as palavras do pai: “[...] ele está estudando tem que fazer uma faculdade e pegar um emprego bom, por que pra gente não sobrava emprego bom por falta de estudo”. (agricultor propriedade “um”).

Um ponto que pesa na decisão dos pais em não incentivar o filho na atividade rural é o excesso de burocracia em tramites de projetos para a área rural, o que na visão dos mesmos dificulta o andamento dos trabalhos, pois como os mesmos citaram a única política pública que acessam é o Pronaf, que tem o seguro (Proagro) contra danos naturais, sejam estiagens, excesso de chuvas, granizo, mas que devido a muitas exigências muitas vezes “não sobra nada para o agricultor”.

Esta propriedade, que segundo os entrevistados foi difícil de reestruturar, e que tomou dias e dias de seu trabalho até alcançar o grau de organização necessário, a ponto de que os mesmos residiram alguns dias em um galpão da propriedade. Provavelmente esta será mais uma das muitas propriedades do município de Esperança do Sul que não terá sucessão, e que no futuro ou estará sob a gestão de outra família ou será transformada em áreas de cultivo destinada a produção de *commodities* agrícolas. Este prognóstico de falta de sucessão no local é feito pelo próprio agricultor que não vê sucessão no seu trabalho, até por não incentivar a mesma. Diferentemente na propriedade vizinha, onde a família é grande, está ampliando suas lavouras para o estado do Mato Grosso, e provavelmente terá continuidade dos trabalhos nas propriedades por ela gerida pelas próximas gerações.

Nesta família percebemos que as experiências obtidas no meio rural e urbano foram suficientes para criar a ideia de que a pessoa tendo um grau de instrução maior deve tentar a vida no meio urbano. Segundo as colocações dos mesmos, devido a sua falta de estudos, eram sempre submetidos, no meio urbano, a trabalhos mais braçais e pesados, sobrando assim, os cargos mais atrativos, os “empregos bons” para pessoas com grau de instrução maior do que os seus. Entende-se que por esse motivo, mas também por certas dificuldades encontradas no meio rural – como é o caso citado na burocracia nos projetos de investimento – a tendência mesmo é de os mesmos incentivarem seus filhos a estudarem e tentarem a vida nos centros urbanos.

3.1.2. A PROPRIEDADE DE NÚMERO “DOIS”

A segunda propriedade visitada conta com quatro integrantes, o pai, a mãe e um casal de filhos. A propriedade é cedida, e composta de 25 ha, tendo como

proprietário o pai do agricultor entrevistado, o qual reside no município vizinho de Tiradentes do Sul, tendo a companhia naquela propriedade do outro filho, e que é mais novo do que o referido entrevistado. Foi nesta propriedade, da entrevista, que os progenitores do atual morador iniciaram sua vida a dois, e que ao passar dos anos conseguiram comprar outra área de terras no município supracitado e foram residir com todos os integrantes da família, inclusive o atual morador.

No ano de 1999, quando tinha 24 anos de idade o agricultor da “propriedade dois”, após um ano de safra frustrado, devido ao excesso de chuvas, e também por influência de amigos, resolveu transferir residência para o meio urbano, a fim de concluir seus estudos e seguir sua vida com outra profissão, abandonando a vida de agricultor. Segundo ele na propriedade em que residia junto com os pais, a situação não estava fácil devido ao monocultivo baseado na produção de grãos, e que para toda a família não estava sendo mais suficiente devido a pouca área da propriedade, que continha 17 ha de área de cultivo, terra esta em que os pais e o irmão - mais novo que o entrevistado - ainda hoje residem. Na nova atividade profissional urbana (auxiliar de produção em frigorífico suíno), na cidade de Três Passos – RS permaneceu por três anos, período em que se casou. Sua esposa também residia e trabalhava no meio urbano, e era oriunda do meio rural.

Por coincidência, um dos motivos de ida foi o mesmo motivo da volta, a influência de amigos, que após saberem que a família dispusera de uma área de terras arrendada a terceiros, e pelas dificuldades apresentadas na vida do meio urbano e relatadas pelos entrevistados, como o trabalho em ambiente fechado, trabalho repetitivamente pesado e em locais gelados, o que estava lhe causando problemas de saúde, sem contar na falta de tempo para cuidar da própria vida, aconselharam os mesmos a retornar para a atividade da qual eram oriundos, ou seja, a agricultura.

Segundo os entrevistados a vida no meio rural é mais gratificante trabalhando para si próprio, investindo em algo (produção de animais) que você sabe que num futuro próximo vai lhe trazer retorno financeiro, sem contar na diversificação do trabalho que não torna a atividade desgastante. Isto não significa que o trabalho não seja árduo, porém segundo o entrevistado, “trabalhar tem que trabalhar em qualquer lugar, mas tem que gostar do que faz” (agricultor “propriedade dois”).

Na opinião dos entrevistados na atualidade pesa a favor do meio rural, a valorização da produção leiteira, que ganha destaque e assistência técnica maior do que em anos anteriores, como no período em que os mesmos foram para o meio urbano, tornando assim esta uma atividade de maior visibilidade e impacto econômico no meio rural. Outro fator preponderante para o dia a dia no meio rural, coletado na entrevista, diz respeito ao auxílio do poder público na atividade rural, com o trabalho de máquinas e equipamentos destinados para tal, fato que antes não era tão costumeiro como na atualidade, o que vem a facilitar também o preparo de lavouras e instalações utilizadas na produção.

Hoje a família visitada encontra-se em uma situação favorável, com as instalações e equipamentos adequados para o bom andamento da atividade leiteira, e que traz maior conforto na realização das tarefas diárias como também para os momentos de descanso. Mas no relato dos mesmos o retorno não foi tão fácil como hoje aparenta ser. A reestruturação e adequação da propriedade foram citadas como maiores dificuldades nesta volta a atividade ao meio rural. Mas na opinião dos mesmos isso precisa ser vivenciado por todos, a menos que tenham recursos disponíveis para equipar e instalar tudo em um piscar de olhos, do contrário leva tempo para deixar tudo como deve. Nas palavras do agricultor, os mesmos foram bem assessorados pelos técnicos da Emater/Ascar e prefeitura municipal, pois fazem parte do Programa Rede Leite, “[...] não que o governo não incentive, mas tudo tem que pagar. A nossa sorte foi entrar no programa rede leite, aí fomos indo passo- a- passo, às vezes tava fazendo coisas que não seriam úteis no futuro, mas o principal é você gostar do que faz” (agricultor “propriedade dois”).

Essa situação de valorização vivenciada pelos mesmos faz o agricultor ter a ideia de incentivar os filhos a permanecerem no meio rural, sendo o mesmo conscientizado de que se a atividade rural de produção de alimentos não continuar estes poderão vir faltar no futuro. Segundo o mesmo existem hoje opções de estudo mais facilitadas, mas mesmo que os filhos estudem não quer dizer que não sejam agricultores, sobre isso o agricultor discorre: “Não quer dizer que quem tem faculdade não pode trabalhar na roça” (agricultor “propriedade dois”). Mas para que haja maior interesse na atividade a opinião do entrevistado aponta para a necessidade de diminuição na burocracia, pois na atualidade essa é muito alta, além dos prazos na liberação dos recursos de financiamentos que às vezes demoram em serem liberados,

“[...] no ano passado eu peguei o Pronaf em outubro, e em maio já ligaram que tava vencendo e eu não tava preparado ainda, achei que ia vencer lá por agosto.” (agricultor “propriedade dois”).

O gosto pela atividade rural está na visão do mesmo, sendo passada a diante, pois o filho mais novo do casal, segundo o entrevistado, é interessado em todos os tipos de trabalho realizados na propriedade e provavelmente será um sucessor na atividade, segundo os mesmos. O mesmo não pode ser dito de propriedades vizinhas, pois duas das mais próximas já foram transformadas em grandes áreas de plantio de *commodities*, e noutra está apenas o casal, sendo que os filhos já saíram do local indo para longe dos pais, a filha para a atividade rural, junto com o esposo, em outra propriedade, como empregados, e o filho no meio urbano trabalhando inclusive, no mesmo frigorífico em que trabalhava o entrevistado.

Esta é uma tendência de futuro na visão do agricultor, pois segundo o mesmo o governo deve continuar o incentivo para permanência dos mais jovens e possíveis retornos de outros, do contrário aumentará o número e percentual de lavouras industrializadas, os conhecidos “granjeiros” vão tomar o espaço onde muitas famílias produzem leite, mandioca, e demais produtos de subsistência. “Eu gostava de saber quantos agricultores da nossa idade tem por aí dando renda pro município.” (agricultor “propriedade dois”).

O questionamento feito pelo agricultor é pertinente, pois muitas são as propriedades rurais do município que não terão sucessão, e que provavelmente seguirão os passos das propriedades vizinhas, tornando-se grandes áreas de plantação. Na região próxima, ou nos arredores, esta propriedade é uma exceção, falando em visão de futuro e empreendedorismo. Um exemplo disso é a implantação de uma cisterna para armazenar as águas da chuva com capacidade de 180.000 litros de água e que é uma iniciativa, em grande parte de subsidiada pelo governo do Estado, através do Programa “Irrigando Rio Grande, água mais vida”. Outro projeto posto em prática recentemente na propriedade é o da construção de uma casa nova através do programa de habitação rural do governo federal em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperança do Sul – RS, do qual o mesmo é associado.

Nesta propriedade vimos fatores em comum com a primeira propriedade, como é o caso da autonomia nos horários e na maior liberdade de ações, mas também foi

possível perceber contradições. Na primeira propriedade o entrevistado citou a oportunidade de estudo como forma de oportunizar “bons empregos”. Já o entrevistado da propriedade de número “dois”, tem outra visão sobre os estudos, que segundo o mesmo na atualidade, estão mais acessíveis, possibilitando assim aos jovens maiores oportunidades de estudo, mas isso na visão do mesmo não os obriga a saírem das propriedades rurais, mas sim, que sirva como instrumento de melhoria na gestão da atividade rural.

Outro fator citado pelo entrevistado e que merece destaque, é a valorização com que trata sua classe, a agricultura familiar, como produtora de alimentos e de certa forma responsável também pela produção de alimento para as gerações futuras, demonstrando a importância da existência da agricultura familiar. Com estas declarações dos mesmos, os valores sociais e culturais aos quais incluem sua classe trabalhadora, são fortalecidos e valorizados. Muitas vezes o que acontece é radicalmente o contrário, onde agricultores e seus filhos são taxados de atrasados, como pessoas com pouca importância social e cultural perante uma sociedade capitalista e com valores distorcidos através da mídia e seus “formadores de opinião”.

3.1.3. A PROPRIEDADE DE NÚMERO “TRÊS”

Esta propriedade tem um cotidiano um pouco diferente das demais até agora descritas. Ela é composta por três pessoas, o agricultor de 35 anos de idade, a esposa com 29 anos e o filho do casal com sete anos de idade, os quais residem com os pais da agricultora supracitada. Outro fator que a diferencia das demais famílias entrevistadas é o trabalho exógeno a propriedade. Nesta família são dois os casos, o do próprio agricultor e de seu sogro, onde ambos são pedreiros e trabalham de forma autônoma (informal) em obras da região de Esperança do Sul e arredores. Além deste trabalho, as mulheres da casa estão em fase de regularização de uma agroindústria colonial, para comercialização de produtos (bolacha caseira) principalmente para a merenda escolar do município, além de outros pontos para venda na região.

A área onde o trabalho é realizado em forma de parceria é composta de 10 ha de terra, de propriedade dos da agricultora, onde residem há alguns meses, quando ocorreu um desentendimento com o pai do agricultor da “propriedade três”, onde haviam se instalado após o retorno do meio urbano. A passagem por este durou 14 anos onde esteve desde o ano de 1998 quando estava com 20 anos, ainda solteiro, sendo que

o relacionamento do casal iniciou-se já na cidade de Lajeado-RS, onde ambos foram morar, abandonando o meio rural. O retorno para o meio rural aconteceu há 11 meses, sendo que como já citado vieram com a intenção de gerir a propriedade do pai de agricultor da “propriedade três”, inclusive o rebanho de animais do mesmo, residindo na propriedade, edificando uma casa próxima a do pai. Mas após poucos meses ocorreu o desentendimento, o que gerou dificuldades ao casal, que se viu obrigado a recomeçar em outro local.

Mas este retorno já era esperado pelo mesmo, que diz na realidade nunca ter gostado da cidade, que foi com a intenção de um dia retornar ao meio rural, devido a maior flexibilidade de horários, menos correria, menos gastos em comparação ao cotidiano urbano. “[...] Na cidade não querem saber se o pato é macho, querem saber do ovo”. (agricultor “propriedade três”), referindo-se que não importa como, mas é preciso cumprir os horários estabelecidos. Outro fator que pesou a favor para este retorno foram os gastos excepcionais do meio urbano, segundo relatado pelo mesmo, gastavam em torno de R\$ 500,00 com a escola do filho em turno integral, já que não tinham com quem deixar o garoto, quando iam para o trabalho, o que ajudou a fortalecer no mesmo o gosto pelo meio rural, onde teriam auxílio para tal tarefa. “Na real nunca gostei da cidade, já fui pensando em um dia voltar e quando surgiu à oportunidade voltei”. (agricultor “propriedade três”).

Após esse longo período longe de seu município de origem, é normal a mudança na fisionomia das pessoas que aqui permaneceram principalmente as mais novas, o que chamou a atenção do mesmo neste retorno. Mas outro fator percebido pelo entrevistado foi à mudança do estilo de vida e trabalho dos moradores do meio rural, que segundo o mesmo vão melhorando suas instalações, casas, galpões, os meios de transporte, e deixaram para trás o monocultivo baseado na produção de grãos que era comum há anos atrás, aderindo a novas formas de produção (produção leiteira e suínos em parceria) o que melhorou o poder aquisitivo das propriedades, sendo que hoje são poucas propriedades que não dispõem de um meio de locomoção motorizado (carros, motos), “[...] o pessoal chora bastante, mas aos poucos vão melhorando, o pessoal mudou deixou de bater só em soja”. (agricultor “propriedade três”).

Neste quesito de variação de trabalho, o mesmo acredita que o meio rural, ou as cidades interioranas deveriam oferecer mais opções de trabalho, que muito já está

sendo feito pelas propriedades rurais, mas que se tivessem mais opção de trabalho, dentro ou fora delas, facilitaria vida das pessoas que aqui estão, e poderia influenciar mais pessoas a vir para o meio rural, alternando o dia- a- dia rural com trabalho exógeno as suas propriedades. Mas mesmo com esse panorama apresentado, e com a experiência adquirida no meio urbano, embora entenda ser cedo para isso, aconselharia o seu filho a permanecer no meio rural, pois percebe que o mesmo tem interesse por esse estilo de vida e de trabalho. Nas propriedades vizinhas a sua, esse fator é diversificado, algumas provavelmente terão sucessão e outras não, sendo que no local há mais pessoas que alternam o trabalho na propriedade e fora dela.

O entrevistado ainda não acessou nenhum tipo de política pública, pretende aderir ao financiamento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar), mas percebe, igualmente aos demais entrevistados neste trabalho, o excesso de burocracia para realizar este financiamento. Isto se dá mesmo sendo associado em uma cooperativa de crédito e também ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que são entidades de classe, o que aponta para esferas maiores onde iniciam estas exigências exageradas. Mesmo com estas exigências vê com bons olhos o futuro da agricultura, principalmente, com a produção leiteira para as “pequenas” propriedades, mas que necessitaria segundo ele, maior fiscalização na ação dos atravessadores deste produto, pois na visão do mesmo a diferença paga para o produtor e a paga pelo consumidor nas gôndolas de supermercados é muito grande, sendo que o produtor rural há cerca de três anos, recebe o mesmo valor pelo seu produto, “[...] vai comprar o leite no mercado tá R\$ 2, 30 ou R\$ 2, 40 e aqui esse preço (R\$ 0.75).” (agricultor “propriedade três”), o que demonstra realmente uma enorme diferença para tal.

Esta novamente é uma realidade diferente das outras propriedades até então visitadas, pois além de já ter uma pessoa em trabalho externo têm também uma projeção de implantação de uma agroindústria na mesma. Isto pode ser visto com bons olhos para esta propriedade unicamente, ou para a agricultura como um todo, a pluriatividade, ou seja, a agregação de valores oriundos de mais de uma fonte, não exclusivamente do meio rural. Esta visão dos proprietários pode ser fruto da convivência com outras experiências neste período longe da terra natal, o que fez estes terem uma visão da diferença de comportamentos dos agricultores que aqui permaneceram, o que foi relatado pelo entrevistado quando falou da diferença de atitude dos agricultores abandonando o monocultivo da produção de grãos e partindo para outras atividades

complementares, em suas palavras referindo-se que os agricultores “aos poucos vão melhorando” (agricultor “propriedade três”). E esta melhora, originou no meio rural outro fator que antes era raro que foi a aquisição por parte dos agricultores de meios de condução próprios o que faz o seu contato com o meio urbano ser mais fácil do que quando se depende de outros transportes, o que pode facilitar novas ideias para a atividade diária.

3.1.4. A PROPRIEDADE DE NÚMERO “QUATRO”

A família da qual falamos agora tem semelhança com a família de número “três”, pois há também caso de trabalho externo, fora da propriedade. Esta família é composta por três pessoas, a agricultora com 35 anos de idade, o esposo com 45 anos, e a filha do casal com cinco anos de idade. Eles trabalham em uma propriedade própria com área de 12,4 ha, recebida por herança pela passagem do falecimento da mãe da agora agricultora. Usamos o termo “agora agricultora” pelo fato de que no ano de 1995, com apenas 17 anos, ainda solteira, ela foi para o meio urbano para concluir seus estudos, permaneceu neste meio pelo período de 14 anos, conheceu o esposo e está de volta a sua terra de origem há seis anos.

O retorno para o meio rural se deu em virtude de doença de sua mãe e também dos avós maternos que tinham idade avançada e residiam junto com sua mãe, sendo que todos hoje já são falecidos. Neste retorno trouxe consigo o seu esposo conhecido no período de vida urbana, que alterna com a atividade rural, também trabalhos externos a propriedade. Ele atua na área de vigilância noturna na cidade vizinha a Esperança do Sul, Três Passos.

A entrevistada conta que na cidade, ou no meio urbano, você trabalha o mês inteiro, cumprindo com exatidão os seus horários, mas no final tem garantido o seu salário. Já no meio rural, aos olhos da entrevistada, a situação é mais tranquila, você não depende tanto de horários, porém tem uma dependência muito grande dos fatores climáticos, precisa de altos investimentos para plantar seus cultivos, o que pode dificultar o cotidiano, pois se está frequentemente exposto a imprevistos, mas mesmo assim ela se põe totalmente favorável a vida no meio rural, em suas palavras, “[...] eu prefiro o meio rural, não troco isso aqui por nada, gosto muito daqui” (agricultora “propriedade quatro”).

Estando 14 anos distante das atividades rurais, no seu retorno ocorrido há seis anos, a entrevistada percebeu diferenças importantes no modo de trabalhar dos agricultores vizinhos. Percebeu uma evolução na mentalidade das pessoas que trabalham com a lavoura, com a atividade rural, como por exemplo, seus vizinhos próximos que abandonaram o monocultivo baseado na produção de grãos, e hoje se dedicam integralmente a produção de leite e a suínos. A produção de suínos se dá em parceria com uma empresa do município de Três Passos, que traz os suínos ainda na sua fase infantil (leitões), fornece o alimento aos mesmos e os recolhe quando estão prontos para o abate, sendo que o produtor recebe por este trabalho e ainda utiliza os dejetos na adubação das pastagens dos bovinos da propriedade. “Eu pego, por exemplo, meus vizinhos aqui, olha o que eles desenvolveram, se dedicaram e investiram na propriedade e hoje estão bem”. (agricultora “propriedade quatro”).

Além das dificuldades financeiras, convencer sua mãe de modificar a forma de trabalhar ou cultivar o solo, foi um dos fatores de maior dificuldade no retorno ao meio rural, “[...] a minha mãe tinha aquela ideia e forma de trabalhar antiga ainda, sem se dedicar a uma coisa, achava que precisava só plantar um cantinho de milho, mandioca tinha que ser bastante, essas coisas assim” (agricultora “propriedade quatro”), relatando que a mesma ainda tinha em sua mente, o modo de trabalhar na agricultura, que trouxe de seus antepassados, ou seja, pelo que relatou a entrevistada, plantações para subsistência - mandioca em grandes áreas - sem muitos investimentos.

Na opinião da entrevistada, para solucionar estes problemas, são necessários cada vez mais incentivos por parte do poder público, e o passar do tempo que também ajuda as pessoas a perceberem as diferenças e a suprirem a falta de recursos financeiros na atividade, ou seja, resolvendo passo- a- passo as necessidades de cada propriedade. E se com o passar dos anos a agricultora conseguir deixar a propriedade do “jeito” que acredita ser necessário, estruturada, adequada para produção de leite, que é o que estão investindo aos poucos, incentivará sua filha a permanecer no meio rural, porém ainda acha cedo para definir se ela própria que tomará conta do local ou deixará essa função para outra pessoa, pois segundo a entrevistada, “ela é minha agora que é pequenina, depois vai fazer o que quiser, o mundo é dela” (agricultora “propriedade quatro”), acreditando que a propriedade continuará sim pelo interesse da mocinha, mas não sabe ao certo se será ela que tomará conta.

A situação da maioria das propriedades vizinhas, a entrevistada não vê com bons olhos, pois segundo a mesma, em muitas delas hoje já existem somente pessoas de idade e em outras a tendência é de isso acontecer com o passar dos anos, o que demonstra que haverá sucessão em poucas delas. A entrevistada põe em dúvida ações do governo quanto a investimentos no meio rural, pois na sua visão, o acesso às políticas públicas para esse fim é muito burocrático, e principalmente para quem está começando, ou reiniciando a atividade rural, é muito difícil acessar esses investimentos. “O governo diz que tem dinheiro pra isso pra aquilo, mas pede muita coisa, pra quem está começando é muito difícil” (agricultora “propriedade quatro”).

Referente ao futuro das propriedades rurais, a mesma o descreve como “nebuloso”, isso referente a propriedades até 100 ha, que na visão da entrevistada são sufocadas, e cada vez mais os mega produtores são beneficiados. Segundo ela, é feita muita exigência para pouco retorno, um exemplo, é a produção leiteira, onde se exige muitas adequações as normas na propriedade, mas no caminhão para transporte muitas vezes são adicionados produtos para facilitar o transporte e conservar o produto, e que diminuem, segundo a mesma, a qualidade do leite. “Os pequenos são sufocados, o leite tem que seguir as normas de qualidade, e dentro do caminhão já colocam um monte de coisa” (agricultora “propriedade quatro”).

Nesta propriedade vimos uma preocupação com o futuro da agricultura familiar, que nos olhos da entrevistada é “nebuloso” devido às altas exigências e as dificuldades de investimentos que são altos para o meio rural. Na visão da entrevistada o atual sistema de incentivos de governo favorece os grandes produtores rurais, os produtores de *commoditeis agrícolas*, que podemos caracterizar como capitalistas, ou frutos do capitalismo, e que buscam a cada dia aumentar sua força econômica. Outro fator de destaque são as memórias em relação à agricultura guardadas pela agricultora. Nas suas colocações destacou a forma de como sua mãe e seus antecessores eram “acostumados” a cultivar a terra, ou a divisão das áreas de cultivo, e ela com as experiências vistas na sua vida e também próximas a sua propriedade soube diferenciar e está disposta a seguir o caminho por ela tido como correto e adequado.

4. DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA AGRICULTORES QUE RETORNAM AO MEIO RURAL

Como o intuito da pesquisa foi o de levantar os aspectos que fizeram os agricultores rumarem para o meio urbano em uma determinada época, e novamente retornarem para o meio rural, neste capítulo analisaremos as questões levantadas neste processo de entrevistas. Vamos analisar as questões levantadas por todos, como também as que entendermos pertinentes aos assuntos abordados até então neste trabalho: a época em que estes foram para o meio urbano e seus motivos, os casos de trabalho nestas propriedades, a mudança nos modos de produção no meio rural a modernização e tecnificação das propriedades, a sucessão familiar entre outros.

Foram diversas as percepções citadas pelos quatro entrevistados neste trabalho de pesquisa. Visões diferenciadas sobre o momento da agricultura, sobre as projeções de futuro, sobre a valorização do mesmo, mas em todas as quatro entrevistas somente um ponto de vista relacionado à vida no meio rural e urbano ou vice versa, ou seja, maior liberdade e autonomia no meio rural. Todos eles relataram que em suas experiências de ir e voltar do meio rural ao meio urbano e retornando novamente ao meio rural, perceberam essa diferença das duas realidades, apontando o meio rural com maior autonomia e liberdade em realizar as atividades de acordo com a sua disponibilidade, tendo que sim realizá-las, mas de maneira que não haja uma pressão e um compromisso tão grande com os horários.

Com isto podemos perceber que todos os quatro entrevistados citaram essa liberdade ou autonomia, do meio rural diferentemente ao meio urbano, o que nos remete a indícios de qualidade de vida, a satisfação própria, de poder de decisão. Segundo Queiroz (2010), “[...] a origem etimológica da palavra liberdade está relacionada à palavra latina, *Libertas*” (Queiroz, 2010, p. 2), que era utilizada pelos romanos para diferenciar os escravos e prisioneiros dos demais cidadãos, resumindo, chama-se de livres as pessoas cuja vontade não depende dos outros. Mas, no caso destes entrevistados, onde podemos utilizar este conceito de “liberdade”, acreditamos que em sua autonomia na decisão de horários, pois os mesmos são “livres” para estabelecer os seus horários de trabalho, podem fazer estes de acordo com sua “vontade”, não precisando pedir autorização para patrão ou supervisor, porém tem seus afazeres diários que não podem deixar de ser feitos, o que os “prende” a propriedade. Sendo assim, cada

qual precisa ter consciência de que não se trata em ser livre a tudo, somente a horários e decisões, porém, deverão seguir leis ambientais, leis civis, e outras “regras” que a sociedade lhe impõe, sendo na visão de Queiroz (2010, p. 3) a consciência ser a norma última a “reger sua ação”, ou a ação do homem.

Vale destacar aqui, que a “liberdade” citada e apontada pelos entrevistados, diferentemente do trabalho de Desconsi (2005) que destacou ainda as políticas públicas direcionadas ao meio rural como incentivo ao retorno, não foi o motivo do retorno dos mesmos ao meio rural, estes foram diversos, mas o “encanto” pelo momento vivido no meio rural, ou pela agricultura familiar, além da liberdade já citada, está na “evolução” que a mesma teve referente à suas práticas, ou seja, abandonando a monocultura de grãos, e investindo em mais formas de obter renda, como é o caso da maior parte das propriedades rurais, que investiram na produção de leite, e algumas propriedades rurais com parcerias com empresas (frigoríficos) criadoras de suínos.

Com este aspecto de “evolução” ou “mudança de mentalidade” destacada, nos direcionamos para o texto de Palmeira (1989), onde encontramos aspectos pertinentes a essa questão, da “evolução” nas formas de produção no meio rural. O autor destaca que a partir do final dos anos 60 o campo absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola incorporando os chamados “insumos modernos” no processo de produção das propriedades agrícolas, o que gerou a decadência de muitas propriedades rurais que não conseguiram acompanhar esse processo de modernização o que dificultou a situação das mesmas. Muitos dos agricultores utilizaram essa tecnificação a seu favor, ou a favor de suas propriedades e evoluíram economicamente, já outros “desistiram” da atividade rural e foram em busca de “novos horizontes” no meio urbano, dando números ao êxodo rural, também no município de Esperança do Sul – RS.

Esta mudança de ordem técnica na agricultura introduziu à mesma, métodos baseados na utilização de insumos e produtos químicos, além do aumento gradativo de máquinas e equipamentos nos trabalhos que antes eram feitos de maneira braçal. Com essa alteração no cotidiano das propriedades rurais, segundo Palmeira (1989, p. 91), criou-se uma “infraestrutura custosa”. Nesta mudança de métodos na agricultura, ou seja, abandonando o campesinato (produção baseada em trabalho humano e para subsistência), ou agricultura familiar, e passando a utilizar novas formas de trabalhar na agricultura, com trabalho mecanizado, utilização de insumos, a atividade de produção

de grãos nas grandes propriedades foi “expulsando” o trabalho humano em grande porcentagem, e em pequenas áreas de terra foi tornando-se inviável, devido a altos investimentos e custos de máquinas que são utilizadas no trabalho.

Mesmo com esse panorama, isso não quer dizer que a classe dos pequenos proprietários tenha desaparecido. Em um espaço mais amplo - não somente no município de Esperança do Sul - essa classe aumentou numericamente mais do que qualquer outra, subiu segundo Palmeira (1989, p. 91) de 50% para quase 74% do total de pessoas ocupadas em estabelecimentos rurais em 1986. No censo agropecuário de 2006, o percentual de propriedades de agricultura familiar atingiu segundo o IBGE (Disponível em <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias> Acesso em 20/05/2013), 84,4% do total, porém com apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Brasil.

Com os aumentos nos custos de produção de grãos, baseado no conhecimento empírico e em dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no município de Esperança do Sul, podemos dizer que gradativamente os agricultores, em grande parte pequenos agricultores, aderiram a práticas diferenciadas para obter renda em suas propriedades. Um exemplo disso é o aumento da produção de leite que no ano de 2003 estava em torno de 15.000 litros por dia e hoje chega a quase 55.000 litros/dia, um aumento de quase 400% em 10 anos (Esperança do Sul; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente).

Estes fatores nos levam a o que se referiram os agricultores entrevistados, todos fazendo referências a produção de leite que havia se tornado um bom atrativo econômico no meio rural. Nas palavras de um dos agricultores um dos pontos que percebeu de diferente no meio rural quando do seu retorno foi à situação em que a grande maioria das propriedades rurais se encontra, referindo se também ao abandono do monocultivo da produção de grãos, “[...] o pessoal mudou deixou de bater só em soja”. (agricultor “propriedade três”), o que demonstra realmente essa ser uma realidade.

A produção de leite é um atrativo para os agricultores familiares, tanto que esse comércio nos últimos anos cresceu consideravelmente, como citado no município de Esperança do Sul. Mas junto com esse crescimento, aparecem também as pessoas que querem obter lucros com esse crescimento, e com isso aparecem fraudes como as

divulgadas pelos meios de comunicação no mês de abril e que deflagrou uma “máfia” que adulterava leite no caminho percorrido entre as propriedades e as empresas. Essa é uma questão que pode refletir na produção nas propriedades, pois as exigências de sanidade, higiene e qualidade, são cada vez maiores para os produtores, e isso também foi citado por uma entrevistada onde a mesma se refere ao futuro das pequenas propriedades como “nebuloso” e um dos motivos por ela citados são as exigências feitas aos agricultores onde a mesma discorre: “Os pequenos são sufocados, o leite tem que seguir as normas de qualidade, e dentro do caminhão já colocam um monte de coisa” (agricultora “propriedade quatro”), o que realmente se confirmou no estado com a adulteração do leite.

Mas não é esse o único motivo de preocupação dos entrevistados, o agricultor e pedreiro da “propriedade quatro” citou a estagnação dos preços do leite que segundo ele já estão há cerca de três anos no mesmo patamar. Ele como todos os entrevistados, vê com bons olhos a produção leiteira para as “pequenas” propriedades, somente precisaria na sua visão maior atenção para com os “atravessadores” – coincide com os envolvidos no fato acontecido na adulteração do leite. Segundo o agricultor “(...) vai comprar o leite no mercado tá R\$ 2, 30 ou R\$ 2, 40 e aqui esse preço (R\$ 0.75).” (agricultor “propriedade três”), o que é uma grande diferença de valores realmente, e se o preço deste produto sobe nas gôndolas por que não para os produtores. Este aspecto também pode ser encontrado na tese de Weisheimer (2009, p. 109), onde o mesmo faz referência à subida do preço de insumos e a estagnação do preço dos produtos pagos aos agricultores, o que pode levar certas propriedades a ter inviabilizadas suas condições de reprodução social, ou seja, acontece o que os entrevistados citaram que aconteceu e está acontecendo nas propriedades que rodeiam as suas, ou seja, a falta de sucessão.

A agricultora (agricultora “propriedade quatro”) também fez referências à “mudança” de mentalidade dos agricultores; “Eu pego, por exemplo, meus vizinhos aqui, olha o que eles desenvolveram, se dedicaram e investiram na propriedade e hoje estão bem”. (agricultora “propriedade quatro”). Em outro momento cita o caso de sua própria mãe que tinha a mentalidade diferente da sua, relacionado ao plantio dos cultivos; “[...] a minha mãe tinha aquela ideia e forma de trabalhar antiga ainda, sem se dedicar a uma coisa, achava que precisava só plantar um cantinho de milho, mandioca tinha que ser bastante, essas coisas assim” (agricultora “propriedade quatro”).

Esta colocação da entrevistada nos remete ao que foi citado em relação ao campesinato, onde os agricultores plantavam especialmente para a sua subsistência e de sua propriedade como um todo (animais), como o caso citado da “mandioca” (aipim), que era utilizado para alimentação própria e também como um rico suplemento para os animais. Utilizando o conhecimento local podemos dizer que, em diversas oportunidades em conversas com pessoas com idade mais avançada, conhecidos e residentes no município, os mesmos relatam que “antigamente” os agricultores sempre tinham em suas propriedades uma área razoavelmente grande de mandioca que em épocas de estiagem, por exemplo, diminuía os efeitos de falta de alimentação para os animais da propriedade.

Esta afirmação de mudança, ou no caso de modernização, também é citada por Carneiro (2001, p. 30) onde a mesma destaca a modernização acontecida na agricultura nos anos 60. A autora destaca o caso de Nova Friburgo – RJ, onde a “abertura de uma estrada” – ato caracterizado como progresso – favoreceu o mercado mercantil que aos poucos foi passando a produção para autoconsumo para o segundo plano, criando assim uma dependência da agricultura para com o mercado, seja na hora de produzir, como também para consumir, sendo que os agricultores, ao produzirem produtos para o comércio fora de suas propriedades, deixam de produzir os produtos para o consumo dos membros da mesma, ficando dependentes ao comércio exógeno às “porteiras” das propriedades para tal. Esta situação, de acordo com as informações colhidas nas entrevistas deste trabalho de pesquisa em Esperança do Sul – RS aconteceu também na região das propriedades onde residem os agricultores entrevistados.

Outro aspecto que preocupa os agricultores entrevistados é o da sucessão familiar, pois apenas um dos quatro entrevistados acredita com firmeza que terá sucessão na sua propriedade, os demais dois não têm certeza e um é categórico em afirmar que seu filho estudará para tentar um “emprego bom” no meio urbano, fazendo ligação com estudo e trabalho urbano. Quanto à sucessão nas propriedades próximas as visitadas, esse assunto é visto de maneira que venha a preocupar, pois em grande parte das propriedades familiares que ainda existem a tendência é de não haver sucessão, o que deixa o futuro da agricultura familiar no município em dúvida e como diz uma agricultora entrevistada, “nebuloso”.

Essa questão nos remete a Abramovay *et al.* (2001, p. 4), onde os mesmos fazem referência a ligação entre estudo e trabalho urbano, onde no caso em pesquisa em municípios do estado de Santa Catarina, onde o nível de educação é um dos melhores do país, tem se a noção de que, “ou se estuda, ou se fica no campo”. No mesmo trabalho, os autores fazem a afirmação de que na região “o estudo serve como um passaporte para a vida urbana” (Abramovay *et al.*, 2001, p.5), o que nos leva as colocações de dois dos entrevistados, que são contraditórias uma da outra, porém são relacionadas a este assunto.

Um dos entrevistados quer que o filho estude e que vá para o meio urbano tentar seu futuro em um trabalho assalariado, em suas palavras, tentar um “emprego bom”, não vendo sucessão, a princípio, em sua propriedade. Já o outro entrevistado, vê com bons olhos a evolução das opções e formas de estudo para os jovens da atualidade, porém crê numa sucessão em sua propriedade, entendendo que o jovem estudando não quer dizer que não possa trabalhar no meio rural. Visões diferenciadas, porém, que trazem alento ao meio rural, pois nem todos pensam da mesma forma, o que pode vir a modificar o panorama que foi descrito pelos entrevistados na grande maioria das propriedades vizinhas, ou seja, pouca sucessão.

Se o futuro realmente seguir os passos vislumbrados pelos entrevistados, ou seja, com a falta de sucessão familiar em grande parte das propriedades de agricultura familiar, teremos um aumento generalizado de áreas de produção de *commodities* agrícolas. Assim aumentarão os 15,6% de propriedades não familiares, que ocupam 75,7 % de toda a área, segundo dados encontrados no censo agropecuário 2006, o que demonstra grande supremacia de área em relação à área ocupada pela agricultura familiar, porém, não em número de propriedades, o que poderia causar imensos danos ao meio rural, brasileiro, enfraquecendo ainda mais uma classe trabalhadora que tanto representou e ainda representa para o país e sua população.

O desejo do pai entrevistado para com o futuro de seu filho - estudar e seguir o caminho do meio urbano - contradiz o que destaca Carneiro (2001), referente à sucessão. A autora destaca o caso do município de Nova Pádua – RS, onde a região era colonizada por famílias italianas e esta descendência étnica era preservada de pai para filho. Nesta região eram estruturadas relações sociais de produção e reprodução que eram responsáveis por orientar cada um dos membros da família. Assim se faziam

também a sucessão de bens constituídos pelo grupo familiar, mas o que tem relação com o caso supracitado, é onde a autora se refere da seguinte forma: “[...] a regra era manter a integridade da exploração agrícola familiar, que deveria ser transmitida ao sucessor.” (Carneiro, 2001, p. 32). Vale frisar que esta família não é de descendentes italianos, e talvez o pai também não tenha tido a mesma influência de permanecer no meio rural, mas não deixa de ser interessante a informação trazida de Carneiro (2001).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de pesquisa de campo fomos à busca de famílias que tivessem vivido e trouxessem em sua bagagem de vida, uma trajetória de ida e volta do meio rural ao urbano e vice-versa. Este assunto traz inúmeros campos de atuação, abre inúmeras questões a serem debatidas, mas nos detemos a descobrir, perante as entrevistas, o motivo que os fez ir para o meio urbano e novamente voltar para o local de origem, ou seja, o meio rural.

Concluimos com o presente que o meio rural não tem perante os jovens a mesma “mídia” que tem o meio urbano. Pois se nos depararmos com os dados coletados, dos três agricultores e da agricultora que foram entrevistados, todos foram para o meio urbano com idade entre 17 e 27 anos. O que deve ser levado em conta é o interesse de dois deles por concluir os estudos, o que viam com mais facilidade no meio urbano. Mas nos anos 90, década de saída do meio rural de todos os entrevistados, teve-se no município emancipado em 1997 (antes pertencia para o município de Três Passos) o maior índice de migração de jovens rurais ao meio urbano, pois nesta época muitos amigos e conhecidos foram para os centros urbanos em busca de novos horizontes, e talvez influenciados pela imagem que tinham alcançado, de mais “facilidade” no meio urbano.

Aliado a essa visibilidade do meio urbano, podemos incluir as colocações de Carneiro (2001, p. 39), onde a mesma destaca que com a mecanização iniciada no meio rural nos já nos anos 60, foi diminuindo a necessidade de mão-de-obra nas propriedades rurais do município, aliada a força dos valores urbanos, ou como já citamos a “imagem” do mesmo, atraíram os jovens para o trabalho assalariado, fazendo com que os mesmos abandonassem a sua unidade familiar. Essa realidade, segundo Carneiro (2001), introduziu novos padrões de sucessão familiar, sendo que então os mais velhos saíam para o trabalho urbano e para estudar e os mais novos ficariam com os pais na propriedade dando continuidade ao projeto familiar no meio rural, o que inclusive aconteceu com um de nossos entrevistados, mas ao passar do tempo o mesmo resolveu voltar para o meio rural e hoje incentiva seu filho a permanecer na atividade que desenvolvem atualmente.

Em alguns dos agricultores entrevistados, podemos ver o incentivo para que os filhos deem continuidade ao projeto por eles iniciado no campo, talvez por eles terem vivenciado a diferença entre campo e cidade, talvez seja. Mas essa não é uma realidade na maioria das propriedades rurais do município, pelo contrário, se observarmos a realidade de Esperança do Sul – RS presenciamos um “esvaziamento e um envelhecimento” nas propriedades rurais, talvez motivados pelas mudanças de ordem técnica ocorridas no meio rural, criando-se uma “imagem negativa” do agricultor, expressada por Carneiro (2001), onde o mesmo diz que “(...) a profissão de agricultor perde o caráter “moral” que já teve no passado e coloca-se como uma possibilidade entre outras”. Abramovay *apud* Carneiro (2001, p.51).

Weisheimer (2009, p. 107), segue nesta lógica e destaca que para que se tenha a reprodução social de maneira correta, ou seja, de geração para geração é preciso preservar repassar aos mais novos os mecanismos sociais, e para que isto se concretize é necessária à eficácia do núcleo gerador, ou do grupo familiar. Mas para isso, nas palavras de Weisheimer (2009, p. 107), é preciso sucesso do “núcleo gerador”, e nos deparando com as propriedades visitadas, entendemos que para que essa tenha sucesso, precisa mesclar o “campeinato”, com diversificação e produção para autoconsumo, porém, com técnicas de produção mais modernas. Estas técnicas são capazes de gerar maior lucratividade, como temos casos entre os entrevistados, que tem um acompanhamento técnico contínuo e hoje são taxativos em dizer que gostariam que seus filhos seguissem a atividade rural.

Para finalizar, entendemos a partir das análises das entrevistas, e com obras de autores que já estudaram sobre o assunto, que a vida no campo oferece mais autonomia para os trabalhadores, com a possibilidade de produção de alimentos para própria unidade familiar, como também para comercialização, o que pode gerar uma qualidade de vida melhor em comparação ao meio urbano. Frisando também o que foi citado nas entrevistas, essa liberdade e autonomia do meio rural poderiam ser mescladas com o trabalho externo as propriedades, ou seja, a pluriatividade ou diversificação. Mas para que essa atividade tenha êxito e continuidade é preciso cada vez mais o aumento de incentivos e acompanhamento para as propriedades rurais em atividade, com subsídios e acompanhamento técnico, para que estes tenham segurança referente aos resultados da produção, isto devido ao meio rural estar muito exposto a fatores climáticos e naturais, o que pode lhe causar danos e perdas.

Estando estes agricultores, que foram para o meio urbano e novamente retornaram para o meio rural, em situação confortável e segura na atividade rural, poderão manter os próprios filhos na atividade, vislumbrando a continuidade da qualidade de vida que levam, e com isso talvez instigue a outras pessoas a tomar o mesmo rumo. A mesma responsabilidade de um pai na hora de decidir em levar sua família para o meio urbano, ele também tem na hora de fazer o caminho de volta, e no caso dos entrevistados, os mesmos tiveram dificuldades, mas devido à dedicação em atividades complementares, e que no momento de suas saídas do campo não existiam, como é o caso da produção leiteira citada por todos, conseguiram vencer estas dificuldades. Um fator que se percebe que é de suma importância na atividade rural na atualidade é a gestão das mesmas, o que em muitos casos pode ser precária sem o auxílio de órgãos externos as propriedades. Então além de incentivar financeiramente as propriedades rurais, é de suma importância, e entre os entrevistados tivemos um exemplo disto, que os órgãos públicos e entidades deem esse amparo técnico aos agricultores o que facilita o seu trabalho e manutenção no meio rural.

6. REFERÊNCIAS

ANJOS F. C., CALDAS N. V.; **O futuro ameaçado: O mundo rural face aos desafios da masculinização do envelhecimento e da desagrarização**; Porto Alegre – RS; Junho de 2005.

Brasil - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
(www.ibge.gov.br/cidadesat) Acesso em: Abril/2013;
(<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias>) Acesso em Maio/2013).

CAMARANO A. A., ABRAMOVAY R., **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Rio de Janeiro; 1999.

CARNEIRO M. J.; **Herança e gênero entre agricultores familiares**; [s.l.: s. n]; 2001.

DESCONSI C., **Os caminhos de volta para o meio rural – Um estudo sobre o caso de Esperança do Sul – RS**; Ciências Sociais, Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – CPDA – UFRJ; Rio de Janeiro; 2005.

ESPERANÇA DO SUL – RS; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

PALMEIRA M.; **Modernização, Estado e Questão Agrária**; [s.n. s.l.]1989.

SCHNEIDER S.; **Abordagem territorial do desenvolvimento rural, e suas articulações externas**, Porto Alegre – RS; Jan/junho 2004.

VEIT, H. A.; **Esperança do Sul conta sua história**; Grafipassos; Três Passos – RS; 20/03/2000.

WEISHEIMER, N; **A situação juvenil na agricultura familiar**; UFRGS; Porto Alegre – RS; 2009. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.